

—☆ continuação

Demonstração do Resultado			
	Nota explicativa	2018	Reapresentação 2017
Receita líquida de vendas	16	356.067	351.813
Custo dos produtos vendidos	17	(270.251)	(213.128)
Lucro bruto		85.816	138.685
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas com vendas	17	(53.513)	(54.826)
Despesas gerais e administrativas	17	(39.738)	(28.176)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	559	4.156
(Prejuízo) Lucro operacional antes do resultado financeiro		(6.876)	59.839
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	3.768	13.441
Despesas financeiras	18	(12.419)	(24.127)
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(15.527)	49.153
Imposto de renda e contribuição social	11		
Correntes	11	-	(10.466)
Diferidos		2.763	-
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(12.764)	38.687
Lucro líquido do exercício por ação - R\$ Básico e Diluído	15.6	(0,06772)	0,20527

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente			
		2018	2017
Lucro líquido do exercício		(12.764)	38.687
Total do resultado abrangente		(12.764)	38.687

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Informações sobre a Companhia: A Fábrica de Papel da Amazônia S.A. ("Facepa" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima fechada, criada em 1958 que produz e comercializa produtos no segmento tissue tais como toalhas de papel, guardanapos, fraldas, papel higiênico e lenços de papel sob diversas marcas, entre outros produtos. A Companhia tem duas unidades industriais, sendo uma unidade em Belém (PA) e uma unidade em Fortaleza (CE), com capacidade de produção de aproximadamente 50 mil toneladas ao ano. A Facepa possui registro na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no segmento de Companhia incentivada. A Companhia é controlada pela Suzano Papel e Celulose S.A. que detém 92,84% da totalidade da participação societária, sendo 64,04% diretamente e 28,8% indiretamente através da AGFA - Comércio, Administração e Participações Ltda., do qual a Suzano detém 100% da participação societária. A emissão dessa demonstração financeira foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 15 de abril de 2019. **1.1. Principais eventos ocorridos em 2018:** a) Eventos societários: i) Facepa foi adquirida pela Suzano Papel e Celulose S.A.: Em 19 de janeiro de 2018, o CADE aprovou sem restrições, a transação de aquisição pela Suzano da Facepa - Fábrica de Papel da Amazônia S.A. ("Facepa"). Em 1º de março de 2018, uma vez que foram implementadas as condições precedentes e todas as aprovações obtidas junto às autoridades governamentais competentes foi concluída a aquisição pela Suzano de 100% do controle da AGFA - Comércio, Administração e Participações Ltda. ("AGFA"), holding cujo principal ativo é a participação de 28,8% na Facepa e adquiriu diretamente a participação de 64% dos controladores da Facepa, totalizando assim 92,8% de participação no capital social. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** **2.1. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia afirma que todas as informações relevantes às suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota explicativa 3. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Representação de cifras comparativas:** As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para melhor apresentação e comparação com as informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Durante a auditoria de 2018 foram identificados provisos adicionais que deveriam ter sido contabilizados em 2017. Tais modificações, acarretaram em alteração de saldos no ativo circulante e não circulante, e geraram alterações no saldo total do ativo.

	2017	Reapresentação - 2017	Ajuste
Balanco Patrimonial			
Ativo Circulante	135.554	131.347	(4.207) (a)
Ativo Não Circulante	81.657	81.089	(568) (a)
Ativo Total	217.211	212.436	(4.775)
Passivo Circulante	(71.564)	(74.382)	(2.818) (b)
Passivo Não Circulante	(23.407)	(23.407)	-
Patrimônio Líquido	(122.240)	(114.647)	7.593 (c)
Passivo Total	(217.211)	(212.436)	4.775

(a) Provisão para PECLD no montante de R\$ 2.432 e provisão para estoque obsoleto no valor de R\$ 2.343. (b) Provisão para rebates de vendas no montante. (c) A contrapartida dos ajustes ocorreu no patrimônio líquido.

	2017	Reapresentação - 2017	Ajuste
Lucro bruto	143.846	138.685	(5.161)
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	66.676	49.153	(17.523)
Lucro líquido do exercício	46.280	38.687	(7.593) (c)
Lucro líquido do exercício por ação - R\$ Básico e Diluído	0,24556	0,20527	

3. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras foram preparadas com práticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2017, exceto pela aplicação dos novos pronunciamentos contábeis a partir

Demonstração do Valor Adicionado			
	Nota explicativa	2018	Reapresentação 2017
Receitas			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	16	417.314	407.743
Outras receitas (despesas) operacionais		559	4.156
Provisão para devedores duvidosos		(818)	(2.432)
		417.055	409.467
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos, das mercadorias e serviços vendidos		(205.631)	(155.561)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(53.550)	(44.997)
Outros		(17.537)	(20.069)
		(276.718)	(220.627)
Valor adicionado bruto		140.337	188.840
Retenções			
Depreciação, amortização e exaustão		(17.577)	(8.553)
Valor adicionado líquido produzido pela empresa		122.760	180.287
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		3.768	13.441
		3.768	13.441
Valor adicionado total a distribuir		126.528	193.728
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal		67.228	63.499
Remuneração direta		59.487	56.926
Benefícios a empregados		5.851	5.088
F.G.T.S.		1.890	1.485
Impostos, taxas e contribuições		58.483	66.396
Federais		12.775	26.846
Estaduais		45.708	39.550
Municipais		-	-
Remunerações de capitais de terceiros		13.581	25.146
Juros		12.419	24.127
Aluguéis		1.162	1.019
Remunerações de capitais próprio		(12.764)	38.687
Dividendos pagos ou a pagar		-	33.392
Lucros retidos/Prejuízo do período		(12.764)	5.295
Distribuição do valor adicionado		126.528	193.728

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

de 1º de janeiro de 2018, como descrito a seguir. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor. **3.2. Ativos e passivos financeiros:** Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo e são classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras. Os passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo e os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A adoção da IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros desde 1º de janeiro de 2018 resultou na atualização nas políticas contábeis, no entanto, não houve impacto material ou ajustes devido à nova norma. A IFRS 9 (CPC 48) substitui as disposições da IAS 39 que se referem ao reconhecimento, classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, desreconhecimento de instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade da hedge. **3.3. Contas a receber de clientes:** O contas a receber de clientes é registrado pelo valor nominal faturado na data da venda no curso normal das atividades da Companhia, acrescidas de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. Em razão do prazo médio de recebimento dos títulos o seu valor corresponde ao valor justo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, em caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante. **3.4. Estoques:** Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção, líquido de impostos recuperáveis e o seu valor líquido de realização. As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço. Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de provisões para perdas para cobrir eventuais perdas estimadas pela Administração. **3.5. Imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, formação e construção. A depreciação é realizada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada item e os bens arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato. **3.6. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.7. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.8. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"):** Ao final do exercício, a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como passivo, com base na legislação societária e no estatuto da Companhia, até o limite dos dividendos mínimos obrigatórios, a menos que declarados antes. Se declarados após a data do balanço, a parcela excedente dos dividendos declarada pela Administração é apresentada na rubrica de Dividendos propostos, junto das reservas de lucros no patrimônio líquido. Quando o valor excedente é aprovado pelos acionistas a parcela é então transferida para o passivo circulante.

continua —☆